

Mário Chagas

MUSEUS E PATRIMÔNIOS:

POR UMA POÉTICA E UMA POLÍTICA DECOLONIAL

(...) agora vejo que vós outros mãrs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados. (Fala atribuída a um velho tupinambá registrada no livro *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry).

INTRODUÇÃO

O artigo que aqui se inicia está dividido em oito fragmentos, ao longo dos quais se examina a política de cultura que esteve especialmente voltada para o campo dos museus e dos patrimônios nas décadas de 1930 e 1940 e posteriormente durante os primeiros dezesseis anos do século XXI. Num movimento pendular, com idas e vindas, pretende-se reconhecer que essas políticas, desde muito tempo, operam com recuos e avanços e que todas elas estão atravessadas por questões que dizem respeito à modernidade e à colonialidade, bem como aos movimentos de decolonidade.

*Ruína de São Miguel das Missões
Acervo: Iphan/
Leonid Streliaev.*



Nesses oito fragmentos discute-se a modernidade dos museus e dos patrimônios em diálogo com a colonialidade e busca-se um sinal na direção de uma poética e de uma política decolonial. Modernidade e colonialidade andam juntas, mas, ainda assim, o denominado Modernismo brasileiro, em algumas situações, especialmente no que se refere à literatura, às artes visuais e à música, foi bastante inovador e radical. A esse respeito convém registrar o diálogo possível dos Movimentos Pau-Brasil (1924) e Antropofágico (1928), colocados em pauta por Oswald de Andrade, e a perspectiva decolonial.

O tempo todo, o texto que aqui se oferece estará em conversa com os artigos de Waldisa Rússio (“Cultura, patrimônio e preservação”, texto III, do livro *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, publicado em 1984), de Luciana Ballestrin (*A América Latina e o giro decolonial*, publicado em 2013) e de Márcia Chuva (*Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil*, publicado em 2013), bem como com a dissertação de João Paulo Pereira do Amaral (*Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*, defendida em 2015) e com as entrevistas de Hugues de Varine-Bohan, publicada em 1979 no livro *Os museus no mundo* e de Walter Mignolo, “Decolonialidade como o caminho para a cooperação”, publicada em 2013 na *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*.

A observação atenta dos títulos mencionados estimula a questão: afinal, quais as diferenças e semelhanças entre o descolonial e o decolonial?

A esse respeito, Luciana Ballestrin (2013) esclarece que a opção pela palavra decolonial decorre de sugestão feita por Catherine Walsh, para quem a palavra “decolonização” (com ou sem hífen) deveria ter uso e sentido distinto da palavra “descolonização”.

A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade [M/C] e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria. Além disso, insere-se em outra genealogia de pensamento, sendo o constitutivo diferencial do M/C, reivindicado por Mignolo (2010:19).

No presente texto, dialogamos com a sugestão de Catherine Walsh, mas, ainda assim, compreendemos que o movimento de de(s)colonização não pode ser reduzido a um problema linguístico ou fonético. De outro modo: do meu ponto de vista, podemos e devemos utilizar com total liberdade os verbos decolonizar e descolonizar e todos os seus derivados, precisamos apenas, a favor do bom entendimento, explicitar os usos que estamos fazendo.

De um ponto de vista crítico, especialmente no que tange à “história da museologia”¹, construída em instância acadêmica que adota como referência perspectivas europeias saudadas como universais, vale registrar que durante a década de 1950, no Brasil, desenvolveram-se experiências inovadoras e com características de(s)coloniais e, possivelmente, mais

1. Registre-se que a expressão “história da museologia” considerada na atualidade traduz de modo anacrônico a pretensão universalista do discurso ideológico da modernidade/colonialidade. Esse discurso, no entanto, não dá conta sequer das diferentes museologias que convivem e disputam o passado, o presente e o futuro na própria instância de onde é enunciado.

relevantes para a museologia brasileira do que as referências das metrópoles europeias. Esse é o caso dos trabalhos desenvolvidos por Nise da Silveira (Museu de Imagens do Inconsciente), Darcy Ribeiro (Museu do Índio) e Abdias do Nascimento (Museu de Arte Negra). Mas, ainda assim, é importante ressaltar, por um lado, que essas são experiências desenvolvidas num tempo em que a cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal e, por outro, que a “história da museologia” carioca não está autorizada a traduzir e falar em nome da história da museologia brasileira. Esse é um problema sério e que tem graves repercussões na atualidade.

Nos anos de 1980 e 1990, outras experiências inovadoras foram colocadas em movimento. Nesse contexto destacam-se o I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado em 1992 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), antes da ECO 92, e o Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Preservação, realizado em novembro de 1997 na cidade de Fortaleza (CE). Este último foi responsável pela elaboração da Carta de Fortaleza, que teve papel decisivo para a construção do dispositivo legal conhecido como Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Por fim, o artigo que quer ser lido destaca algumas experiências de museus realizadas a partir de 2006 em sintonia com a chamada Museologia Social.

1. O MUSEU É MODERNO, DIZIA O CEGO A SEU FILHO²

A cidade de Ouro Preto foi tombada como patrimônio brasileiro pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan no dia 20 de abril de 1937, dois dias após o primeiro aniversário da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do órgão e um dia antes do 145º aniversário de morte de Tiradentes. No final de 1938, o Museu da Inconfidência foi criado por lei, mas a sua instalação só viria a acontecer seis anos depois, no antigo edifício da Casa de Câmara e Cadeia³ da cidade de Ouro Preto, no dia 11 de agosto de 1944, quando se comemorava o bicentenário de nascimento do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Todas essas datas estão carregadas de intencionalidade. Nelas não há ingenuidade ou acaso; ao contrário, resultam de escolhas precisas e amparam-se no desejo de construção de outras memórias e histórias, de ocupação política e poética do passado, do presente e do futuro.

A decisão tomada em 1936 pelo presidente Getúlio Vargas de transferir para o Brasil os restos mortais dos inconfidentes que haviam sido degredados para a África pela Coroa Portuguesa no final do século XVIII fazia parte dos movimentos políticos que buscavam acionar memórias de resistência do período colonial. Todos esses gestos políticos

2. Paráfrase dos dois primeiros versos da letra da música *Trastevere*, de autoria de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, incluída no álbum *Minas*, de 1975.

3. Permanece como um desafio o estudo da relação entre poder, resistência, memória e esquecimento, particularmente no que se refere aos museus instalados em antigos prédios de Câmara e Cadeia.

e poéticos estavam vinculados por interesses ancorados nas relações entre memória e poder. Algumas vezes esses vincos e dobras estimulam e propiciam movimentos de descolonização, outras apenas reiteram a colonialidade, com base no argumento da modernidade. O moderno, a modernidade e a modernização têm sido argumentos utilizados até hoje, com muita frequência, para justificar o combate e o enfrentamento das comunidades populares e das formas de organização popular.

Entre o final da denominada Primeira Guerra Mundial (1919) e o início da assim chamada Segunda Grande Guerra (1939), como observa Nelson Werneck Sodré (1979:55-56), os laços de dependência política e econômica ficaram mais frouxos, o que estimulou a indústria nacional e contribuiu para a emergência de múltiplos e diferentes nacionalismos. No campo da cultura, no Brasil, a situação não foi diferente e pode ser identificada a partir de iniciativas capazes de mobilizar afetos (políticos e poéticos), tais como a criação do Museu Histórico Nacional (1922), a elevação de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional (1933), a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934), a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), a criação do Museu Nacional de Belas Artes (1937), a viagem moderna de Lucio Costa para as ruínas de São Miguel das Missões e sua proposta para a criação do Museu das Missões (1937), a promulgação da lei de criação do Museu da Inconfidência (1938) e diversas outras ações, leis e propostas.

2. O PATRIMÔNIO TAMBÉM É MODERNO

O ficcionista e bacharel em direito Rodrigo Melo Franco de Andrade, autor dos contos publicados no livro *Velórios*, assumiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936, no mesmo ano em que publicou esse seu único livro de ficção, que, diga-se de passagem, conta com uma fortuna crítica bastante especial. Durante sua atuação à frente da instituição (1936-1967), o ficcionista de um único livro esteve permanentemente cercado e assessorado por intelectuais, poetas, cientistas, artistas e arquitetos de grande produção e renome, entre os quais se incluem Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Pedro Nava, Cecília Meireles, Heloisa Alberto Torres, Lígia Martins Costa, Candido Portinari, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e muitos outros.

Foram essas e esses intelectuais que, a partir de perspectivas internacionais, nacionais e regionais, contribuíram para a construção, consolidação e aprimoramento da política de patrimônio do Sphan como política pública de Estado. Ao que tudo indica, Doutor Rodrigo (como era conhecido) soube cultivar uma poderosa rede de relações políticas e soube conviver com intelectuais que entre si não tinham boas relações, como é o caso de Mário de Andrade e Gilberto Freyre ou Mário de Andrade e Heloisa Alberto Torres.

Uma das orientações estruturantes da política cultural do Sphan diz respeito à

decisão de deslocamento e interiorização da proteção dos patrimônios e da criação de museus. Concentrar a prática social dos museus e patrimônios na Região Sudeste e nas capitais não contribuiria para a expansão da noção de patrimônio nacional e menos ainda para a sua preservação. É possível imaginar que essa estratégia de política cultural tenha dado ao Iphan o sentido de sua existência.

Essa orientação estruturante foi evidenciada durante a inauguração do Museu da Inconfidência, em 1944, ocasião em que Rodrigo Melo Franco de Andrade pronunciou um discurso que no campo dos patrimônios e museus ficou bastante célebre. Nesse discurso, além de desenhar uma política para os museus e de sublinhar, em nome do poder público, o desejo de interiorizá-los, dizia:

A criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, assinala o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver essas instituições federais apenas na capital da República, ele deliberou fundá-las e mantê-las também no interior do país, a fim de não ficar circunscrita às divisas do Distrito Federal a obra de inestimável alcance cultural que a tais estabelecimentos incumbe realizar (Andrade, 1987:165).

É possível identificar nesse discurso um tom “chapa branca”, mas nele também há um movimento que aponta para a necessidade de rompimento com o cânone até então estabelecido, que se confirma, por exemplo, nas ações patrimoniais levadas a efeito no extremo sul do Brasil.

Os remanescentes das ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo e do povoado missioneiro foram registrados em 1938 como patrimônio histórico e artístico nacional no Livro do Tombo das Belas Artes. Nesse mesmo ano foi iniciada a construção do singelo edifício do museu projetado por Lucio Costa. Dois anos depois, ou seja, em 1940, o museu foi juridicamente instituído e, em 1942, aberto ao público.

Na região das Missões, que hoje se encontra nas fronteiras entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, ao longo de 150 anos, entre os séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se um projeto geral que articulava trinta povoados, com forte expressão cultural, religiosa, política e econômica e que constituíam unidades urbanas distantes das cidades controladas pelas metrópoles.

Como indica Jean Baptista (2006:9):

É esta uma proposta audaciosa: erguer cidades em meio à selva, sobretudo a partir da mão de obra indígena, coisa que somente a fé garante aos missionários que se obterá. Em choque, duas culturas com duas concepções de trabalho, produção e organização profundamente distintas, mas muito próximas no que diz respeito a alguns aspectos da religiosidade, especialmente aqueles relacionados com a devoção. Com isso, ambos fazem das estruturas reducionais um campo de manifestações materiais dessas relações simbólicas, compondo implicações sociais profundas para a geração daquela organização.



A proposta para o Museu das Missões tinha, por sua simplicidade arquitetônica e museográfica, por sua abordagem temática e por sua proposta museológica, um aspecto inovador. Segundo Lucio Costa (1999:39):

O "museu" deve ser um simples abrigo para todas as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios; e como a casa do zelador precisa ficar no recinto mesmo das ruínas, é natural que os dois sejam tratados conjuntamente, ocupando a construção, de preferência, um dos extremos da antiga praça para servir de ponto de referência e dar uma ideia melhor das suas dimensões.

O Museu das Missões e o Museu da Inconfidência, nascidos no âmbito do Iphan e hoje vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em virtude de sua localização e temática, preservam registros de movimentos de libertação do domínio colonial. A existência desses registros, no entanto, por si só, não garante que eles estejam em sintonia com as práticas e teorias decoloniais.

Os desejos e movimentos de resistência, independência, rompimento com o pacto colonial e descolonização em termos políticos, econômicos e sociais, ao longo do tempo, conviveram com avanços, retrocessos e violentas ações de repressão por parte do Estado. Alguns exemplos de movimentos de resistência, rebeldia, revolta e separação podem ser encontrados na Guerra Guarânica (1750-1756), na Inconfidência Mineira (1789), na Conjuração Baiana (1798-1799) e na Revolução Pernambucana (1817). Não raro a memória desses e outros movimentos é musealizada e domesticada. Um dos desafios da museologia

contemporânea, explicitamente assumido pela Museologia Social – que também pode ser considerada uma Museologia Insurgente, nos termos de Boaventura de Souza Santos –, é romper com as camisas de força, com as práticas de domesticação e colonização, com a anestesia e o entorpecimento produzidos pela museologia colonialista que se estrutura em bases hierárquicas e patriarcais, que acredita no poder das disciplinas, que se considera pura e ideologicamente neutra, que atribui mais valor à teoria do que à prática e que valoriza, de modo especial, a memória do poder.

De algum modo, a memória desses movimentos constitui um patrimônio, ou melhor, um contrapatrimônio, ou, ainda melhor, um "fratrimônio" (Chagas e Storino, 2014:71-90) que pode ser acionado a favor da vida e das liberdades humanas.

Como indica Jacques Le Goff (2003:419-476):

(...) A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Nesse breve excerto, depois de ter feito uma análise crítica e de ter examinado a historicidade do vocábulo e do conceito "memória", o historiador faz votos e investe no devir como quem reconhece a indispensabilidade dos compromissos sociais a favor da vida e da libertação dos corpos e mentes.

Na contemporaneidade, movimentos de resistência e de criatividade dos povos quilombolas e dos povos indígenas, das comunidades populares urbanas e rurais,

dos moradores das favelas e das chamadas periferias continuam mobilizando afetos políticos e afetos poéticos a favor da decolonização epistêmica, política, econômica, social e cultural. Contra esses movimentos erguem-se sistematicamente os setores mais conservadores da sociedade brasileira, utilizando como argumentos a defesa da ordem e do progresso, do patrimônio privado e do desenvolvimentismo.

A decolonização do pensamento museológico, dos museus e dos patrimônios passa, em meu entendimento, pela atenção aos museus sociais e populares que no século XXI espalharam-se pelo Brasil, bem como pela defesa da paisagem cultural, dos direitos da natureza e do patrimônio imaterial, com a consciência de que nada disso tem valor em si e que tudo depende do uso que se faz desses conceitos e práticas sociais.

Destaca-se aqui uma sugestão para futuras investigações: como articular os conceitos de museus e patrimônios em pegada decolonial com as construções teóricas e práticas do “bem viver”, nos termos sugeridos por Alberto Acosta (2016), especialmente em seu livro *O bem viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos*?⁴

O bem viver envolve as dimensões filosófica, ética, poética, política, social e econômica da vida em relação (mais ou menos) harmônica com a natureza e com os outros seres. O ponto de partida para a construção de sua teoria e vivência são as sociocosmogonias e as visões de mundo dos denominados povos originários da América.

4. Ver o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=h4yK2ugTvWQ> (última consulta: 28 de abril de 2017).

Por esse caminho, falar em bem viver implica referência direta ao *sumak kawsay* (em língua quéchua); ao *suma qamaña* (em língua aymara) e ao *tekó porã* (em língua guarani). Talvez esse seja um desafio para os próximos vinte anos do Iphan.

Nesse sentido, a inscrição da Tava⁵ como patrimônio imaterial, na categoria de Lugar de Referência Cultural para o Povo Guarani, no Livro de Registro dos Lugares, é um forte indicativo de que é possível pensar e trabalhar museus e patrimônios por outro caminho.

Na sociocosmogonia Guarani-Mbyá, os mais antigos, os mais velhos viveram na Tava e ali deixaram nas pedras as suas marcas corporais. Na Tava, os ancestrais que se transformaram em imortais podem ser lembrados, assim como as “belas palavras” do grande deus Nhanderu. Além disso, ela (a Tava) também propicia a experiência do Bem Viver, do bom modo de viver e ser Guarani-Mbyá⁶.

3. SINAIS POTENTES, SINGELOS E FRÁGEIS

A criação nos anos de 1940 do Museu das Missões e do Museu da Inconfidência, bem como a criação nos anos de 1950 do Museu de Imagens do Inconsciente⁷, do

5. Palavra formada pela junção de *ita* (pedra) e *avá* (homem, mulher, ser humano, humanidade). Ver o parecer sobre o registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo – Lugar de Referência Cultural para o Povo Guarani, assinado por Carla Maria Casara, datado de 3 de dezembro de 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20Conselho_TAVA.pdf (última consulta: 28 de abril de 2017).

6. Ver no Portal do Iphan a matéria “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/> (última consulta: 28 de abril de 2017).

7. Museu revolucionário criado em 1952, a partir do trabalho de Nise da Silveira (1905-1999). O Museu ainda (r)existe, localizado no bairro Engenho de Dentro, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Museu do Índio⁸ e do Museu de Arte Negra⁹ constituem sinais a favor da decolonização do pensamento museológico. São sinais potentes, ainda que singelos e frágeis. É possível compreender esses cinco museus como processos que abordam, de modo mais ou menos crítico, temáticas de grande relevância social, produzem novos problemas e criam desafios para o mundo contemporâneo.

Alguns museus criados pelo Sphan durante o governo Vargas contribuíram, a princípio, para a problematização de certos temas, para as discussões de identidade e construção simbólica da nação, mas, em seguida, por motivos e procedimentos variados, foram capturados, drenados em sua potência.

O Museu das Missões, nesse quadro, parece ser uma espécie de contraexemplo, ou mesmo de uma prática de museologia a contrapelo (Chagas e Gouveia, 2014:9-22). Na década de 1990, como está indicado no Dossiê de Registro da Tava como Lugar de Referência Cultural, os Guarani voltaram

(...) a formar uma aldeia em São Miguel das Missões em uma área remanescente de mata, nas proximidades de uma Fonte Missioneira (...).

A presença dos Guarani nas ruínas passou a ser assídua.

8. Museu criado por Darcy Ribeiro (1922-1997), em 1953, para lutar contra o preconceito em relação aos povos indígenas. Até 1978 esteve localizado na rua Mata Machado, no Maracanã, palco de conflitos recentes (2013) entre o governo do estado e grupos indígenas.

9. Idealizado e fundado por Abdias do Nascimento (1914-2011) – líder e articulador do Teatro Experimental do Negro –, o Museu de Arte Negra foi inovador no combate ao racismo e na afirmação da potência criativa do negro. A ideia do Museu foi fortalecida com a realização em 1955 do Salão de Artes Plásticas com o tema “Cristo Negro”. Em 1968, o Museu realizou uma exposição no Museu da Imagem e do Som, mas em seguida, após o exílio político de Abdias, entrou em hibernação.

“O então diretor do Museu das Missões, Claudio Silva, permitiu aos Guarani vender artesanato no interior do sítio (...)”¹⁰.

Em 1996, na Reserva Indígena do Inhacapedum, os Guarani constituíram a Tekoa Koenju (Aldeia Alvorecer), afastada das ruínas cerca de 27 km e, por isso, passaram a pernoitar no sítio¹¹. De acordo com o dossiê:

Ocuparam, inicialmente, uma casa em ruínas, e, em seguida, foi construída uma casa de passagem, após intensa negociação com o Iphan e prefeitura. Ainda, em 1996, nasceu a primeira criança na nova aldeia, que recebeu o nome de Miguelina Romeu, fato que ganhou grande atenção da mídia local, tornando-se um marco do chamado “retorno dos Guarani às Missões”¹².

Além da comercialização de artesanato, os Guarani também passaram a participar de eventos e da realização de apresentações musicais no território das ruínas. Toda essa ação do Museu é notável e muito diferenciada em relação a outras instituições. Ainda assim, há muito por fazer a favor do protagonismo e contra o preconceito em relação aos Guarani e outros povos.

No artigo *O desafio nativo: a inclusão do protagonismo indígena no Museu das Missões e no Sítio Arqueológico de São Miguel*, Jean Baptista e Tony Boita (2011:264-279) argumentam: “Parte dos intelectuais dedicados à história das missões se focou nos jesuítas (...)”. Resultado: foram mobilizadas categorias que reproduzem a lógica colonial, tais como: “missões jesuíticas”,

10. Ver o dossiê publicado em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/> (última consulta: 28 de abril de 2017).

11. Idem.

12. Idem.





“acervo jesuítico” e “barroco jesuítico”, desconsiderando, assim, a força e a potência guaranítica. Esses mesmos intelectuais “importaram conceitos anacrônicos ou exógenos às sociedades indígenas”, entre os quais se destacam: “totalitarismo”, “socialismo” e “ocidentalização”. Radicalizando sua argumentação, os autores informam:

Chegou-se até mesmo a dizer que quem construiu a Igreja de São Miguel foi o padre Gian Battista Primoli, assim como se considera a saída jesuítica como o fim da história das missões. Não haveria, assim, uma história indígena nas missões, mas apenas a história vitoriosa da sobreposição do ocidente (representado pela Igreja) sobre as culturas nativas. Em outras palavras, como ocorre na maioria das instituições, ainda se está longe de harmonizar o Brasil Indígena com o Brasil Colonizado (Baptista e Boita, 2011:264-279).

4. ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM (COLONIAL)

Que museus de caráter nacional existiam no Distrito Federal na década de 1940? De imediato é possível mencionar o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (1818), o Museu Histórico Nacional (1922) e o Museu Nacional de Belas Artes (1937). Essas três referências, ainda que existam outras, são relevantes e contribuem para uma melhor compreensão da importância do gesto simbólico do Iphan ao criar museus fora da ordem do Distrito Federal e das capitais dos estados.

É possível imaginar que a mineiridade de Rodrigo Melo Franco de Andrade tenha contado a favor da criação dos museus

*Museu das Missões
Acervo: Copedoc/Iphan/
Silva Telles/Instituto
Moreira Salles.*



Rio de Janeiro
Acervo: Iphan/
J.J.Steinmann.

regionais, entre os quais se incluem: o Museu do Diamante, em Diamantina (MG), 1950; o Museu das Bandeiras, em Vila Boa de Goiás (GO), 1952; o Museu Victor Meirelles, em Florianópolis (SC), 1952; o Museu Regional de São João del-Rei, em São João del-Rei (MG), 1954; o Museu da Abolição, no Recife (PE), 1957 e o Museu Casa da Hera, em Vassouras (RJ), 1966, além dos já citados Museu das Missões e Museu da Inconfidência¹³.

Por mais contemporâneo que fosse o pensamento do Iphan a respeito dos museus regionais, essa não era uma categoria nativa; ao contrário, foi produzida fora do Brasil e depois “antropofagizada”. Desde pelo menos meados do século XIX já se manifestava, em diversos países, a preocupação com a preservação de aspectos regionais da

cultura ameaçados de desaparecimento. Essa preocupação motivou a instalação de instituições de cunho regional, como os museus regionais propriamente ditos, os museus temáticos de cunho local e os museus a céu aberto¹⁴.

Uma definição explícita dessa categoria foi produzida durante a realização, entre os dias 7 e 30 de setembro de 1958, no Rio de Janeiro, do Seminário Regional da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus¹⁵. No relatório final do Seminário¹⁶, há uma seção dedicada

13. O critério para a citação desses museus é o período de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

14. Skansen, o primeiro museu a céu aberto, estruturado em torno de uma coleção de casas trazidas de várias partes do interior do país, foi inaugurado em Estocolmo, em outubro de 1891, por iniciativa de Arthur Hazelius. Ver a dissertação de Claudia Storino (2008).

15. Em 1952, em Nova York (EUA), foi realizado um Seminário Internacional sobre o Papel Educativo dos Museus; em 1954, em Atenas (Grécia), foi realizado outro Seminário Internacional com o mesmo título. Em 1958, importa observar, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) o Seminário com o mesmo título, ainda que apelidado de Regional. Por que um Seminário do ICOM e da UNESCO em Nova York é chamado de Internacional e na cidade do Rio de Janeiro é chamado de Regional?

16. Ver a íntegra do relatório de 1958, publicado em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>

aos museus regionais e nela se encontram, além de uma definição para esse tipo de museu, questões técnicas referentes aos seus programas, sua organização, sua operação, seus métodos de trabalho e suas implicações para o Conselho Internacional de Museus – Icom e para a América Latina. Nesse documento, o museu regional é conceituado nos seguintes termos:

Um museu com um programa topograficamente restrito pode ser considerado “regional”, qualquer que seja sua localização, e um museu distante de qualquer grande cidade pode também ser incluído nessa categoria, qualquer que seja seu programa; mas o genuíno museu regional, o tipo mais bem qualificado para essa definição e que melhor adapta seus métodos para atender seu objetivo particular é o museu situado a alguma distância de qualquer grande cidade, que cubra assuntos de interesse tanto puramente regional quanto universal. Esse tipo de museu atende aos turistas, oferecendo-lhes um conhecimento mais completo e sistemático da região que estão visitando, e também à comunidade local, para a qual ele é um recurso econômico como fator do desenvolvimento do turismo e à qual ele serve, ajudando-a a aprender mais sobre si mesma, bem como sobre o resto do mundo¹⁷.

A citação acima, ainda que longa, é instigante e serviu de inspiração para reflexões e práticas educacionais e comunitárias. Ainda assim, é preciso reconhecer que nela há um conjunto de problemas, entre os quais se destacam os conceitos de: “grande cidade” (possivelmente algumas pequenas cidades nos anos de 1950, hoje, são grandes cidades. Brasília, que na ocasião estava em fase de construção, é um bom exemplo), “região”,

“turismo”, “desenvolvimento”, “museu”, “genuíno” e “comunidade”. Tudo ali parece naturalizado, mas, por trás do pano de boca há muita disputa de sentido, muita disputa ideológica e um jogo de realidades e ilusões que exige do jogador atenção crítica permanente. Há em relação a esse Seminário, que em 2018 completa sessenta anos, muitas histórias controversas, muitos não ditos que talvez precisem encontrar o caminho da dizibilidade.

De qualquer modo, é importante registrar que os museus existentes no Brasil até a década de 1980, de uma maneira geral, reproduziam o modelo colonialista. A situação atual não é tão diferente, mas já apresenta exceções. O modelo colonialista de museu pode ser caracterizado pelos processos administrativos hierarquizados, pela excessiva valorização do patrimônio material, pelo baixo nível de participação, pelo preconceito e discriminação em relação aos negros, aos indígenas, ao feminismo e ao movimento LGBTQI e pela hipervalorização do “saber” do Icom, bem como do saber “acadêmico”, “teórico”, “técnico” e “científico”, em detrimento de outros saberes.

5. MUSEUS E PATRIMÔNIOS (IN)DISCIPLINADOS

Os museus públicos que foram vinculados ao Iphan e que hoje fazem parte do Ibram – com raras e honrosas exceções – tendem a reproduzir a lógica da colonização, que, além de hierárquica, é autoritária e patrimonialista.

É possível estimular e contribuir para a encarnação de processos museais fora dessa lógica? Eu diria que sim. Mas, para isso é

17. Idem.

preciso que existam outras forças, outras formas de gestão, resistência, pensamento e luta, outras parcerias, outras lógicas [(in) disciplinares], outras formas de ser museu [(in)mundo] e de fazer e saber museologia [(in)pura]; para isso é indispensável o diálogo com a contemporaneidade. Os museus existem aqui e agora. O passado não está dado, o passado continua em disputa e nele há uma revolução em processo.

Nise da Silveira, Darcy Ribeiro e Abdias do Nascimento enfrentaram, ao seu tempo e ao seu modo, esse debate e deixaram pistas, especialmente por intermédio dos textos e das práticas em que se aplicaram. As experiências por eles desenvolvidas foram brevemente comentadas. De igual modo, merecem atenção as referências do crítico de arte, jornalista e professor Mario Pedrosa (1900-1981), que, no campo dos museus e da museologia, foi um dos apoiadores de primeira hora do Museu de Imagens do Inconsciente e também idealizador e diretor do Museo de la Solidariedad, em Santiago do Chile, no início da década de 1970, que contou com um acervo formado por doações de artistas de diversos países. Somase a esses trabalhos o seu ousado e especial projeto denominado Museu das Origens, que articulava o Museu do Índio, o Museu de Arte Virgem (Museu do Inconsciente), o Museu de Arte Moderna, o Museu do Negro e o Museu de Artes Populares. Este é um, entre tantos outros projetos, que merece atenção de pesquisadores dedicados ao campo dos patrimônios, dos museus e das museologias decoloniais.

Em 1972, durante o governo democraticamente eleito de Salvador Allende,

realizou-se a reunião internacional que ficou conhecida como Mesa Redonda de Santiago do Chile. Os documentos gerados a partir dessa reunião são, ainda hoje, fontes de inspiração para muitas ações e projetos que cuidam da função social dos museus. A Recomendação sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua Diversidade e de sua Função na Sociedade¹⁸, datada de novembro de 2015, nos lembra do lema da Inconfidência Mineira: *Libertas Quae Sera Tamen* (Liberdade ainda que tardia). É possível dizer que, 43 anos depois, os temas de fundo da Mesa Redonda de Santiago do Chile, bem como alguns temas do Movimento Internacional para uma Nova Museologia – Minom foram assumidos como pauta e recomendação da Unesco, com destaque para a função social dos museus.

6. MUSEUS E PATRIMÔNIOS: EM BUSCA DA RADICALIDADE PERDIDA

Waldisa Rússio e Hugues de Varine-Bohan, inspirados em Paulo Freire (e isso é notável para pensar processos decoloniais), abriram importantes brechas, frestas e frentes de combate no campo dos patrimônios, dos museus e das museologias em âmbito nacional e internacional, sobretudo a partir dos anos de 1970 e 1980.

Dois exemplos. Em 1979, na coleção Biblioteca Salvat de Grandes Temas, foi publicado na Espanha, na Suíça e no Brasil (que vivia uma ditadura militar) o livro *Os*

18. Ver https://www.researchgate.net/publication/303566241_Sobre_a_Nova_Recomendacao_da_UNESCO_sobre_Museus_Colecoes_sua_Diversidade_e_Funcao_Social

museus no mundo. Fazia parte desse livro uma importante entrevista com Hugues de Varine-Bohan. Publicado em português, espanhol e francês, com uma edição de grande tiragem e de caráter popular, o livro circulou e se espalhou com grande velocidade. O mundo dos museus, na ocasião, já havia experimentado a crítica dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, incluindo aí o movimento estudantil, o movimento negro, o movimento feminista e o movimento hippie, e também já havia passado pela Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), pela Revolução dos Cravos em Portugal (1974), pelas Lutas de Libertação Nacional dos países da África e pela guerra americana no Vietnã. Os jovens alinhados com a contracultura, por todos os cantos e esquinas, manifestavam sua insatisfação com o sistema estabelecido e com as guerras; anunciavam uma “era de paz e amor” e produziam novos modos de vida e novas formas de comportamento. A América Latina vivia o drama das ditaduras militares, das torturas e das perseguições políticas e ao mesmo tempo dos movimentos de luta e de resistência e, ainda assim, foi fortemente tocada pelos movimentos das juventudes rebeldes.

Na referida entrevista, Hugues de Varine-Bohan considera que, a partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no mundo é um fenômeno puramente colonialista. Diz ele:

Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista (1979:12).

Na quase esquecida entrevista, Varine-Bohan afirmava:

A descolonização que se registrou mais tarde foi política, mas não cultural; pode se dizer, por conseguinte, que o mundo dos museus, enquanto instituição e enquanto método de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade, é um fenômeno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura (1979:12-13).

A crítica de Varine-Bohan, como se vê, é contundente no que se refere à colonização cultural, mas é “polida” no que tange à esfera política. Por isso mesmo, é preciso aprimorar a sua crítica e reconhecer que, mesmo em termos políticos e econômicos, a descolonização, em muitos países, não foi radical; não tocou nos problemas de fundo, não enfrentou os latifundiários, não combateu os preconceitos e continuou submissa aos interesses políticos e econômicos do grande capital com âncoras na Europa, nos Estados Unidos e, posteriormente, na Ásia.

Waldisa Rússio, também em 1979, durante um memorável encontro denominado A Criança e o Museu, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Museu do Primeiro Reinado (Casa da Marquesa de Santos), apresentou-se com um expressivo conjunto de estudantes e cuidou para que todos fossem protagonistas. O seu pensamento museológico libertário, o seu flerte anarquista com o anarquismo, as suas referências a Charles Chaplin e suas posições políticas decolonizadoras eram (e continuam sendo) inspiradoras. Além disso, num momento em que as posições políticas

majoritárias no campo da museologia, dos museus e do ensino da museologia eram fortemente conservadoras e alinhadas com a ditadura militar, os posicionamentos teóricos, políticos e pedagógicos de Waldisa Rússio traziam uma lufada de inovação para o campo museal brasileiro. Reduzir seu pensamento e sua obra aos textos que produziu e que apenas recentemente, ainda que em boa hora, foram organizados e publicados, é uma injustiça derivada do pensamento colonial, é assinar carta de desistência de compreensão da influência e da abrangência do pensamento e da ação dessa mulher (e aqui é preciso repetir), dessa mulher transgressora e revolucionária. Cinco pontos, entre outros tantos, no pensamento e na prática de Waldisa Rússio, me tocaram de modo intenso: 1º) o combate sistemático à ditadura militar, o que me inspirou e alimentou minha resiliência; 2º) a ideia de sincronia no que se refere à noção de patrimônio, o que me conduziu ao conceito de fratrimônio; 3º) a argumentação de que não basta fazer “para”, é preciso fazer “com”, o que me conduziu às proposições de uma “museologia para”, de uma “museologia com” e de uma “museologia in-mundo”; 4º) a compreensão de que a museologia estuda o processo museal, o que contribuiu para a libertação de toda uma geração no que se refere aos aprisionamentos institucionais; e

5º) as suas referências, aulas e cursos que colocavam em pauta a Museologia Popular, o que me incentivou a avançar na direção da Nova Museologia e da Museologia Social, sempre de um modo libertário.

Um dos desafios do pensamento contemporâneo no campo dos museus, das museologias e dos patrimônios é a recuperação da radicalidade criativa. Em outras palavras: é indispensável recuperar a potência poética e política dos patrimônios e dos museus em perspectiva decolonial, o que significa contribuir com os avanços dos grupos e povos subalternizados em direção à emancipação e ao exercício pleno do direito à memória, ao patrimônio, ao museu e à cidadania.

7. DECLARAÇÃO DE FORTALEZA (1997) E CARTA DE SALVADOR (2007)

A Declaração de Fortaleza, que agora completa vinte anos, foi responsável pela introdução, de modo radical, da necessidade de criação de um dispositivo legal que contribuísse para o reconhecimento, a valorização e a proteção do denominado patrimônio imaterial. Essa ação foi decisiva para a produção do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse decreto contribuiu para alterar a lógica da preservação e também para que no âmbito internacional o denominado patrimônio imaterial passasse a ser valorizado e considerado, o que representou um enorme avanço



em relação às práticas até então estabelecidas. Em boa medida, esse decreto inspirador exerceu (e continua exercendo) um papel decolonial.

O segundo documento, conhecido como Carta de Salvador (2007), completa na atualidade dez anos. Ele foi escrito e produzido no âmbito das comemorações dos 35 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Trata-se de um documento forte e radical e que merece atenção, mas a sua força e radicalidade não significam que ele tenha sido inteiramente aplicado. Em suma, é importante manter uma desconfiança sistemática dos documentos e fontes.

De qualquer modo, em meu entendimento, a Declaração de Fortaleza (1997) e a Carta de Salvador (2007) são documentos que dialogam com o pensamento decolonizador e, por isso mesmo, é preciso visitá-los e é preciso fazer derivar deles contribuições para o fortalecimento dessa perspectiva.

8. MUSEOLOGIA SOCIAL EM MOVIMENTO (À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Entre as experiências museais desenvolvidas nos anos de 1940 e as experiências contemporâneas existem muitas diferenças. Talvez o Iphan e o Ibram devessem olhar com atenção para as iniciativas de Museologia Social ou Sociomuseologia, para os Pontos de Cultura, para os Pontos de Memória e para as Casas do Patrimônio, que trabalham com as noções de patrimônio, memória social e processos museais em perspectiva decolonial.

Entre 2006 e 2016 desenvolveu-se no Brasil, um pouco por todo canto, um conjunto notável de experiências museais fortemente ancoradas em saberes e fazeres que, durante muito tempo, foram subalternizados e que passaram a assumir a produção e a escrita de suas próprias narrativas. Essas experiências rompem com os cânones estabelecidos, assumem os museus e os processos museais como ferramentas de luta, reinventam poéticas e políticas museais e apontam na direção de uma museologia libertária, comprometida com a vida.

A esse respeito o depoimento de Cícero Pereira, liderança indígena Kanindé, de Aratuba (CE), é muito eloquente:

O museu pros Kanindé é bisavô, é avô, é pai e é mãe, porque é a história deles, a história que tinha lá atrás, é o que a gente tem aqui. O museu pros Kanindé é vida. Nós gostamos do museu o tanto que a gente gosta dos pais da gente, porque aí tem um pouco do retrato, da imagem de tudo. Tem a imagem do peba, tem a imagem do pote que foi feito antigamente. Tudo ali foi um retrato dos nossos antepassados, retrato de quem construiu aquela história¹⁹.

Por mais que alguns setores corporativos e acadêmicos normativos tentem negar os saberes e os fazeres dessas e de outras experiências, lançando mão de frágeis argumentos de autoridade, pseudocientíficos e inteiramente descolados da empiria, a Museologia Social avança sem pedir permissão, produzindo novos saberes e fazeres e afirmando cada vez mais a sua potência como processo decolonial.

19. Ver <http://mkindio.blogspot.com.br/2014/06/objetos-e-memoria-kaninde.html>

Há na atualidade um expressivo conjunto de experiências e reflexões em sintonia com a Museologia Social. Esse é o caso, por exemplo, de inúmeras redes espalhadas pelo Brasil. Aqui cito apenas quatro: Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil²⁰; Rede LGBT Memória e Museologia Social²¹; Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro²² e Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul²³. Esse também é o caso de inúmeras iniciativas que, entre 2006 e 2016, se disseminaram pelo território brasileiro. Aqui nomeio apenas algumas delas: Museu da Maré (2006), Rio de Janeiro (RJ); Museu Vivo de São Bento (2007), Duque de Caxias (RJ); Museu de Favela (2008), Rio de Janeiro (RJ); Museu de Periferia (2009), comunidade popular do Sítio Cercado, Curitiba (PR); Ponto de Memória de Terra Firme (2009), Belém (PA); Ponto de Memória da Estrutural (2009), Brasília (DF); Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro (2009), Porto Alegre (RS); Ponto de Memória Museu Comunitário da Grande São Pedro (2009), Vitória (ES); Ponto de Memória Museu do Taquaril (2009), Belo Horizonte (MG); Museu Cultura Periférica (2009), Maceió (AL); Museu Mangue do Coque (2009), Recife (PE); Ponto de Memória do Grande Bom Jardim (2009), Fortaleza (CE); Ponto de Memória do Beiru (2009), Salvador (BA); Museu Social da Brasilândia (2010),

São Paulo (SP); Ponto de Memória Museu Indígena Kanindé (2012), Aratuba (CE); Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (2012), Belo Horizonte (MG); Museu de Memes (2015), vinculado à Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ)²⁴ e Museu das Remoções (2016), Rio de Janeiro (RJ).

Todos esses exemplos e outros tantos que poderiam ser citados são inspiradores de pesquisas, vídeos, palestras, artigos, cursos, exposições, manifestações artísticas, músicas, poesias, publicações e registros nas redes sociais. É possível compreender que há uma relação estreita entre essas experiências de Museologia Social e uma possível Museologia Decolonial.

O presente artigo, artesanalmente construído, tem o objetivo de colocar em diálogo museus, patrimônios, museologias, artes, práticas, políticas e poéticas em perspectiva decolonial. Oxalá, eu tenha tido algum êxito!



20. Ver <http://redememoriaindigena.net.br/>

21. Ver <http://redelgbtmemoriademuseologia.blogspot.com.br/>

22. Ver <http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br/>

23. Ver <http://redepontors.blogspot.com.br/>

24. Ver <http://www.museudememes.com.br/>

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *Bem viver* – uma oportunidade para imaginar outros mundos. Rio de Janeiro: Editora Elefante/Editora Autonomia Literária, 2016.
- AMARAL, J. P. P. do. *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. Dissertação defendida no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.
- ANDRADE, R. M. F. de. *Rodrigo e o Sphan*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/FNPM, 1987, 184p.
- _____. *Velórios*: contos. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2004.
- BALLESTRIN, L. A América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, mai-ago.2013, p. 89-117.
- BAPTISTA, J. e BOITA, T. O desafio nativo: a inclusão do protagonismo indígena no Museu das Missões e no Sítio Arqueológico de São Miguel. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, 2011, p. 264-279.
- BAPTISTA, J. *Dossiês documentais* - Arquivo Eletrônico (Consultoria Histórica) – Museu das Missões. São Miguel das Missões: Museu das Missões/ Demu/Iphan, 2006.
- CHAGAS, M. *A Imaginação museal*: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.
- CHAGAS, M. e STORINO, C. “Políticas e poéticas no Museu das Missões: viagem moderna e desafios contemporâneos”. In: MONTEZ, Luiz Barros (org.). *Viagens e Deslocamentos*: questões de identidade e representação em textos, documentos e coleções. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012, p. 34-44.
- _____. “Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty”. *Cadernos de Sociomuseologia*, Nova Série 3-2014, vol.47. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal.
- CHUVA, M. “Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil”. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013, p.195-208.
- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Fortaleza*. Fortaleza, 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>
- _____. *Dossiê de Registro da Tava como Lugar de Referência Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>
- _____. *O Registro do Patrimônio Imaterial*: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf.
- _____. *Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>
- LE GOFF, J. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 419-476.
- LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961. Tradução de Sérgio Milliet. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/lerly.pdf>.
- MIGNOLO, W. Entrevista: Decolonialidade como o caminho para a cooperação. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos (on-line)*, edição nº 431, nov.2013. Disponível em: <file:///C:/Users/M%C3%A1rio/Desktop/Decoloniza%C3%A7%C3%A3o/Decoloniza%C3%A7%C3%A3o%20Mignolo%20IHU%20Online%20-%20IHU%20Online.html>
- _____. *Desobediencia epistémica*: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.
- PESSOA, J. B. de S. (coord.). *Lucio Costa*: Documentos de Trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.
- RÚSSIO, W. “Cultura, patrimônio e preservação (Texto III)”. In: ARANTES, A. A. (org.) *Produzindo o passado*: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.59-78.
- SECRETARIA Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. *I Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro, 1992. 441p.
- SODRÉ, N. W. Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.55-56
- STORINO, C. *Paraty - museu e cidade patrimônio*: o lugar de memória do lugar de memória. Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro: Unirio, 2008.
- UNESCO. *Seminário Regional da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus*. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>
- VARINE-BOHAN, H. “Entrevista”. In: ROJAS, R.; CRESPIÁN, J. L.; TRALLERO, M. (orgs.) *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 8-21 e 70-81.